

O regresso dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais

ROSSANA ANDREIA NEVES DOS SANTOS * [rossanasantos@ua.pt]

CARLOS MANUEL MARTINS DA COSTA ** [ccosta@ua.pt]

Resumo | Este artigo pretende demonstrar que o regresso dos emigrantes portugueses pode contribuir para o desenvolvimento rural, através do setor do turismo. Este argumento é válido ao considerar-se que o movimento emigração-regresso tem um impacto positivo no desenvolvimento das áreas mais carenciadas e que o setor do turismo pode criar mais emprego e rendimento comparativamente com outros setores da economia. Os resultados obtidos num estudo realizado em Portugal, através da aplicação de um inquérito por questionário a 5.157 emigrantes portugueses, corroboram esta argumentação. Concluiu-se, que são os emigrantes em idade ativa e com residência numa área rural que mais dispõem de formação e experiência profissional na área do turismo e de capital para investir num negócio, bem como maior propensão para regressar, investir e ter um emprego nesta área em Portugal.

Palavras-chave | Emigração-regresso, Desenvolvimento do turismo, Áreas rurais.

Abstract | This article intends to demonstrate that the return of the Portuguese emigrants can contribute to rural development, through the tourism sector. This argument is valid when considering that the movement emigration-return has a positive impact on the development of the most deprived areas and the tourism sector can create more jobs and income in comparison with other sectors of the economy. The results obtained in a study in Portugal, through the application of a survey the Portuguese 5,157 emigrants, support this argument. It was concluded, that are the emigrants with active age and residence in a rural area that offer more training and professional experience in the area of tourism and capital to invest in a business, as well as greater propensity to return, invest and have a job in this area in Portugal.

Keywords | Emigration-return, Tourism development, Rural areas.

* **Doutora em Turismo** pela Universidade de Aveiro.

** **Doutor em Turismo** pela Universidade de Surrey (Reino Unido). **Professor Catedrático** no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, e Membro da GOVCOPP.

1. A emigração-regresso e o desenvolvimento rural

Um dos temas que tem motivado o estudo da relação entre a migração e o desenvolvimento tem sido o papel da migração de regresso e a sua relação com o desenvolvimento local. De acordo com King (1986) a migração de regresso refere-se às pessoas que regressam para o seu país ou região de origem após um período de tempo significativo de permanência em outra localidade. Neste sentido, o tipo de migração de regresso que é aqui abordada trata refere-se aos movimentos de trabalhadores e familiares dos países ou regiões mais desenvolvidas industrialmente para as regiões fornecedoras de mão-de-obra das áreas rurais mais carenciadas.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico os emigrantes podem regressar com formação, experiência profissional, capital financeiro e social obtidos durante a sua experiência de emigração. Neste contexto, existem alguns fatores que, na perspetiva de Bovenkerk (1974, citado por King, 1986), permitem que a migração de regresso se constitua como uma força inovadora, tais como: (i) o número e a concentração de emigrantes que podem ter um maior ou menor efeito na mudança; (ii) a duração da ausência, devendo ser suficientemente longa para que os emigrantes absorvam determinadas experiências e valores e suficientemente pequena para aplicarem as novas capacidades e atitudes; (iii) a classe social, porque o regresso de profissionais ou de estudantes graduados tem um impacto económico e cultural superior aos que não têm formação; (iv) diferenças entre os países ou regiões de emigração e de imigração; (v) a natureza da formação, ou seja, o potencial de inovação tende a ser maior quando a formação é genérica, em vez de altamente especializada, de forma a poder ser usada no ambiente de origem; e (vi) a organização do regresso, porque se for espontâneo e não planeado terá pouco impacto no desenvolvimento local.

Os estudos realizados sobre a migração rural - urbana nas cidades do Sul da Europa revelam também que os emigrantes mantêm fortes ligações com a terra de origem para a qual regressam nas férias (King, 1984). Desta forma, o movimento emigração-regresso, salvo na sua fase inicial (a partida), apresenta várias potencialidades, em termos de desenvolvimento local, uma vez que os emigrantes dirigem-se preferencialmente para as regiões de partida, que são as mais carenciadas (Cepeda, 1988; Ferrão, 1996; Gonçalves, 2007; Lewis & Williams, 1986; Lucas, 1997; Portela & Nobre, 2001; Rocha-Trindade, 1976; Rocha-Trindade, 1992; Serrão, 1985; Silva, Amaro, Clause, Conim, Matos, Pisco & Seruya, 1984).

No entanto, nos países da Europa do Sul e Mediterrâneos o impacto do regresso dos emigrantes no desenvolvimento local não aconteceu por terem regressado com ideias conservadoras, que se refletiram na aquisição de bens de consumo (alimentação e vestuário) e na construção ou compra de residência (objetivo a que aspira a maioria dos emigrantes) (King, 1986). Segundo King (1986), a maioria dos negócios dos emigrantes regressados é constituída por empresas tradicionais cuja existência está ligada ao prestígio da independência e não ao racional económico, nomeadamente a criação, em pequena escala, de empresas ligadas ao setor dos serviços, em particular lojas e bares. Neste contexto, Lipton (1980, citado por King, 1986) alerta para a necessidade de formação e incentivos aos emigrantes nos países recetores para investirem e direcionarem as suas poupanças para o bem geral das suas sociedades de origem. Este será a tema que iremos desenvolver na próxima secção deste artigo.

2. O setor do turismo como uma alavanca para o desenvolvimento económico das áreas rurais

A discussão conduzida na secção anterior contribuiu para reconhecer que os emigrantes podem

constituir-se como agentes de desenvolvimento, porque geralmente regressam para os locais de origem, que são as áreas rurais carenciadas, podem trazer formação e experiência laboral, bem como capital financeiro e social obtidos durante a sua experiência da emigração. Neste âmbito, as pequenas e médias empresas têm um papel essencial no desenvolvimento das áreas rurais e o setor do turismo apresenta potencialidades capazes de transformar a economia e a sociedade, com vista ao desenvolvimento “rural” justificando-se, assim, a avaliação do impacto do regresso dos emigrantes no seu desenvolvimento nas áreas rurais, em Portugal.

Os espaços rurais albergam atrativos capazes de motivar a deslocação de pessoas, por motivos de recreio ou de lazer e o turismo, sob certas condições, poderá constituir-se um motor da atividade económica em geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, e uma oportunidade para revitalizar os territórios, melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, nomeadamente o património (natural e cultural) (Ribeiro & Santos, 2005).

A evidência empírica revela que a despesa turística cria mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, bem como gera e mantém emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas. Vários estudos realizados em países em vias de desenvolvimento e em áreas “rurais” testemunham esta conclusão (Bergstrom, Cordell, Ashley & Watson., 1990; Fleischer & Felsenstein, 2000; Lipman, 1997, citado por Hughes & Shields, 2007; Mahony & Zyl, 2002; Vanegas & Croes, 2003).

A extensão da integração do turismo na economia nacional é medida pelo seu efeito multiplicador na economia (Hughes & Shields, 2007). Segundo Wall e Mathieson (2006) o multiplicador turístico pode definir-se como o resultado da multiplicação das despesas turísticas iniciais, no sentido de obter um efeito cumulativo do rendimento total por um determinado período de tempo. Os efeitos

multiplicadores da despesa turística constituem uma das áreas mais bem investigadas na literatura económica do turismo e a maioria dos estudos empíricos adota a técnica *input-output* para avaliar o impacto económico total da despesa turística. Não obstante, o facto da magnitude do multiplicador das despesas turísticas depender de uma série de fatores internos, inerentes aos próprios países e regiões, contribui igualmente para explicar os efeitos modestos do turismo no desenvolvimento local em algumas áreas rurais (Wall & Mathieson, 2006).

No entanto, nenhum setor, isoladamente, deve ser visto como solução para os problemas económicos do mundo ‘rural’, uma vez que todos têm o seu contributo a dar e nem todas as localidades ‘rurais’, que carecem de oportunidades de emprego e de rendimento, são candidatas para promover o turismo como uma estratégia de desenvolvimento económico (Dinis, 1999). Deste modo, desde que existam recursos nestas áreas capazes de motivar a deslocação de pessoas o turismo pode ser uma componente de um programa de desenvolvimento ‘rural’ mais amplo, sendo fundamental uma colaboração entre o setor público, o setor privado, as comunidades e a sociedade civil para garantir que os objetivos da política de investimento no turismo sejam alcançados (Mahony & Zyl, 2002).

A maioria dos estudos publicados sobre as perceções dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo revela que são positivas, sobretudo, pelo facto de reconhecerem os seus benefícios económicos, socioculturais e ambientais (Andereck & Vogt, 2000). No entanto, a opinião recorrente da maioria dos investigadores sobre os resultados do turismo em espaço rural em Portugal é a de que se trata de uma atividade muito seletiva, na ótica dos atores envolvidos e dos benefícios que é capaz de gerar, não respondendo de forma abrangente aos anseios da maioria da população ‘rural’ (Cavaco, 1999). Neste sentido, argumentamos que os emigrantes portugueses (da metade mais jovem em idade ativa) sejam os promotores do

desenvolvimento do turismo nas áreas rurais, no sentido de garantir que os impactes produzidos possam resultar na melhoria da qualidade de vida dos locais.

3. Metodologia

Ao reconhecermos que o movimento emigração-regresso pode contribuir para o desenvolvimento rural e que o turismo é um setor capaz de criar mais emprego e rendimento, em abril de 2008 deu-se início a um estudo em Portugal, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o intuito de avaliar o contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais. O processo de recolha dos dados iniciou-se no dia 1 de julho de 2011 e terminou em 31 de outubro do mesmo ano, totalizando no final 5.157 questionários preenchidos válidos. A população dos emigrantes portugueses não é conhecida e os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário aos emigrantes diretos.

Uma das suas formas de administração do inquérito foi através de correio, tendo sido remetidos 4.000 questionários para as residências dos emigrantes portugueses nos vários países de emigração. Dos 4.000 questionários remetidos por correio, 54 foram devolvidos e obteve-se uma taxa de resposta de 9,32%. Para a obtenção das respetivas moradas das residências dos emigrantes no estrangeiro seguiu-se a metodologia já testada num estudo exploratório (Cirino, 2005). Nesse estudo foi assumido como população, a base de dados cedida, de forma muito cooperante, por um jornal regional. Na medida em que se tratava de um estudo exploratório, assumiu-se que um número muito significativo de emigrantes comprava o jornal da terra e, por consequência, considerou que esta população é representativa dos portugueses, do respetivo concelho, residentes no estrangeiro.

No intuito de seguir a mesma metodologia, a identificação dos distritos (e seleção dos respetivos concelhos) com maior número de residências de origem de emigrantes portugueses, entre 1970-1981, permitiu, por sua vez, identificar também as publicações regionais mensais, ou se inexistentes, semanais, associadas a cada um desses concelhos. A listagem completa das publicações periódicas regionais em Portugal foi fornecida pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Na impossibilidade de colaboração por parte de alguma publicação, por motivos de encerramento ou ausência de contacto, ou ainda a situação de recusa de uma das publicações, o critério seguido para o pedido de colaboração no estudo foi sempre a ordem das publicações incluídas na lista fornecida pela ERC.

Durante o mesmo período de 1 de julho a 31 de outubro, a administração do questionário fez-se igualmente pela internet e pela rede social do *Facebook*, permitindo reunir, no final, mais 4.800 questionários preenchidos válidos. Até 31 de julho, a administração do questionário foi feita na imprensa digital e em portais eletrónicos dirigidos às comunidades portuguesas no estrangeiro, bem como pelo envio de *e-mails* para as associações de emigrantes e entidades oficiais diretamente ligadas à emigração. Para além de se ter dado continuidade à administração do questionário na internet, durante o mês de agosto procedeu-se também à sua divulgação na rede social do *Facebook*, através dos próprios administradores das páginas oficiais de cantores de música portuguesa.

Nos dois últimos meses, a estratégia de administração do questionário estendeu-se ainda à criação e manutenção da própria página do estudo no *Facebook* (em www.facebook.com/emigrantesportugueses). Durante este período, com o objetivo de informar os emigrantes portugueses sobre as formas de participação no estudo, a página foi divulgada, várias vezes ao dia, na rádio e televisão portuguesa, através dos canais da Rádio Internacional e África, bem como pelo canal da

Rádio e Televisão de Portugal Internacional (RTPI). Para além disso, a divulgação também foi feita em todos os jornais digitais, que colaboraram na administração do questionário aos emigrantes portugueses; e através de *e-mails* enviados para a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Consulados/ Embaixadas, Associações e Casas do Benfica e do Porto no estrangeiro. Referimos ainda, a divulgação pela própria investigadora no *Facebook*, administradora da página do estudo, em diversos grupos de emigrantes portugueses, em perfis relacionados com o tema Portugal (e outros selecionados pelo maior número de fãs), bem como ainda pelo contacto com alguns emigrantes, administradores de páginas de grupos no *Facebook*, através das suas caixas de correio.

4. O contributo do regresso dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais em Portugal

Os resultados do estudo descrito na secção 3, sobre a avaliação do contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nos territórios rurais dão suporte empírico à tese que temos vindo a defender neste artigo. Em primeiro lugar, verificámos que a generalidade dos emigrantes possui pelo menos uma residência num concelho com menor índice de centralidade ou área mais carenciada (77,4%), e que somente 21,5% possuem residência em concelhos com maior índice de centralidade (Quadro 1). Os concelhos de localização da residência dos emigrantes foram organizados em dois grupos de análise, segundo o respetivo índice de centralidade. Para este efeito, considerou-se que os concelhos com maior índice de centralidade situam-se até ao *rank* 50 (hierarquia dos centros urbanos em Portugal (Instituto Nacional de Estatística, 2004).

Quadro 1 | Concelho da residência em Portugal.

Concelho da residência	N	%
Maior índice de centralidade	1.109	21,5
Menor índice de centralidade	3.989	77,4
NS/NR	59	1,1
Total	5.157	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos do teste de correlação de Pearson permitiram concluir que o concelho da residência que os emigrantes possuem em Portugal influencia negativamente o contributo da sua participação em associações portuguesas no país de acolhimento ($r=-0,094$), o seu desejo de regresso ($r=-0,007$) e aí virem a ter um emprego na área do turismo ($r=-0,037$), bem como influencia positivamente disporem de capital suficiente para também aí investirem num negócio ($r=0,059$) (Quadro 2). A análise do cruzamento das mesmas variáveis permitiu observar também que, a participação dos emigrantes com residência num concelho com menor índice de centralidade em associações portuguesas no país de acolhimento não tem contribuído para o seu desejo de regresso a Portugal (30,4%) (Quadro 3). No entanto, são os emigrantes com residência num concelho com menor índice de centralidade que mais referem desejar regressar e fixar-se em Portugal (39,4%) (Quadro 4).

Quadro 2 | Teste de correlação de Pearson.

		P7
P20	Pearson Correlation	-0,094*
	Sig. (2-tailed)	0,014
	N	690
P21	Pearson Correlation	-0,007
	Sig. (2-tailed)	0,710
	N	2806
P28	Pearson Correlation	-0,037
	Sig. (2-tailed)	0,050
	N	2806
P49	Pearson Correlation	0,059**
	Sig. (2-tailed)	0,000
	N	5157

Legenda:

(**) Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

(*) Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 | Concelho da residência em Portugal vs contributo da participação em associações portuguesas no país de acolhimento no desejo de regresso a Portugal.

%	P20				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	4,3%	4,1%	4,3%	3,2%	17,7%
Menor índice de centralidade	18,3%	21,7%	30,4%	13,2%	81,8%
NS/NR	0,4%	-	-	-	0,5%
Total	23,0%	25,8%	34,8%	16,4%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 | Concelho da residência em Portugal vs desejo de regresso e fixação em Portugal.

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	9,3%	4,5%	2,7%	1,2%	17,7%
Menor índice de centralidade	39,4%	24,9%	10,4%	7,2%	81,8%
NS/NR	0,4%	0,0%	-	0,1%	0,5%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos fatores mais importantes para que aqueles emigrantes, em idade ativa e, com residência num concelho com menor índice de centralidade regressem são, fundamentalmente, poderem ter uma residência no local onde nasceram (89,3%), exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo (83,8%) e ter um estilo de vida 'rural' (de origem) (83,3%)

(Quadro 5). Estes dados também sugerem que, muito provavelmente, a residência que consideram como "própria" possa ser propriedade dos seus parentes diretos. Embora estes emigrantes sejam os que mais negam dispor de capital para investir num negócio em Portugal, também são, ao mesmo tempo, os que mais confirmam essa situação (12,9%) (Quadro 6).

Quadro 5 | Concelho da residência em Portugal vs fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal.

%	P22								Nenhum
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	
Maior índice de centralidade	18,2%	19,4%	16,3%	18,6%	18,0%	17,1%	10,5%	15,5%	16,0%
Menor índice de centralidade	81,0%	79,9%	83,3%	80,9%	81,3%	82,3%	89,3%	83,8%	84,0%
NS/NR	0,8%	0,7%	0,4%	0,5%	0,7%	0,6%	0,3%	0,7%	-

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 | Concelho da residência em Portugal vs capital suficiente para investir num negócio em Portugal.

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	4,2%	7,2%	5,4%	4,7%	21,5%
Menor índice de centralidade	12,9%	24,4%	28,7%	11,3%	77,4%
NS/NR	0,1%	0,3%	0,2%	0,5%	1,1%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Destacamos igualmente, que entre estes emigrantes, em idade ativa e com residência num concelho com menor índice de centralidade (77,4%), ainda existe uma percentagem significativa que não sabe ou não respondeu a estas questões, relativas à sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal. Para eles,

o turismo também é a área onde mais gostariam de investir em Portugal, depois da pecuária (84,4%) e dos transportes (84,9%) (Quadro 7). Neste âmbito, comparativamente com os emigrantes com residência em concelhos com maior índice de centralidade (15,5%), também se destacam significativamente (83,9%).

Quadro 7 | Concelho da residência em Portugal vs área(s) onde gostariam de investir em Portugal.

%		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR
P26	a)	18,1%	81,2%	0,7%
	b)	16,6%	82,9%	0,6%
	c)	20,2%	78,8%	1,0%
	d)	15,6%	84,4%	-
	e)	26,3%	73,7%	-
	f)	23,2%	75,9%	0,9%
	g)	18,2%	81,0%	0,9%
	h)	20,7%	78,7%	0,6%
	i)	18,8%	80,8%	0,4%
	j)	18,2%	81,2%	0,5%
	l)	15,5%	83,9%	0,6%
	m)	14,7%	84,9%	0,4%
	n)	20,2%	78,5%	1,4%
	Nenhuma	17,6%	82,4%	-

Fonte: Elaboração própria.

Legenda:

1. Setor primário:

- a) Agricultura
- b) Silvicultura (floresta)
- c) Pescas
- d) Pecuária
- e) Caça
- f) Indústria extrativa (petrolífera, mineira, madeira e papel)

2. Setor secundário:

- g) Indústria transformadora
- h) Construção
- i) Produção de energia

3. Setor terciário:

- j) Comércio
- l) Turismo (hotelaria, restauração, transportes, serviços culturais, etc.)
- m) Transportes
- n) Atividades financeiras

Por último, a análise dos conhecimentos que os emigrantes adquiriram durante a sua estadia no país de emigração leva-nos igualmente a constatar que apesar de a generalidade possuir poucos conhecimentos formais na área da hotelaria e/ou turismo, são novamente os emigrantes com residência própria em concelhos com menor índice de

centralidade que registam mais (novos) conhecimentos (curso/formação/experiência profissional) nessa área (Quadros 8 a 10). Neste caso, entre os emigrantes em idade ativa, observa-se que os que registam idades entre 29-39 anos são os que mais referem ter residência própria em Portugal (Quadro 11).

Quadro 8 | Curso em hotelaria e/ou turismo vs concelho da residência em Portugal.

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,0%	6,7%	0,1%	7,8%
	Não	15,0%	65,3%	0,4%	80,7%
	NS/NR	1,7%	9,8%	0,0%	11,5%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9 | Formação profissional em hotelaria e/ou turismo vs concelho da residência em Portugal.

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,7%	11,0%	0,1%	12,9%
	Não	14,5%	62,3%	0,3%	77,0%
	NS/NR	1,5%	8,6%	0,0%	10,1%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10 | Experiência profissional em hotelaria e/ou turismo vs concelho da residência em Portugal.

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	4,6%	25,2%	0,3%	30,0%
	Não	12,4%	53,1%	0,2%	65,7%
	NS/NR	0,7%	3,5%	0,0%	4,2%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 11 | Idade vs propriedade de residência em Portugal.

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P5	Própria	1,1%	12,0%	22,3%	35,4%
	Alugada	-	0,6%	2,3%	2,9%
	De familiares	1,7%	21,7%	38,3%	61,7%
	Total	2,9%	34,3%	62,9%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

6. Conclusão

Neste artigo pretendemos demonstrar que o regresso dos emigrantes portugueses pode contribuir para o desenvolvimento rural, através do setor do turismo. A análise de vários estudos realizados, em países em vias de desenvolvimento e áreas rurais, revela que as despesas turísticas podem

criar mais emprego e rendimento, comparativamente com outros setores da economia, pelo seu efeito multiplicador e a sua ligação a praticamente todas as outras indústrias da economia. Neste âmbito, o movimento emigração-regresso, salvo na sua fase inicial (a partida), apresenta igualmente várias potencialidades em termos de desenvolvimento rural, uma vez que os emigrantes dirigem-se

preferencialmente para as regiões de origem, que são as mais carenciadas, e podem regressar com formação e experiência profissional na área do turismo e com capital financeiro e social, obtidos durante a sua experiência de emigração.

Os resultados obtidos através de um estudo realizado em Portugal dão suporte empírico àquele argumento, pois permitem concluir que os emigrantes portugueses em idade ativa (sobretudo com 29-39 anos) e, em particular, com residência em áreas rurais, mais carenciadas, são os que mais gostariam de regressar, investir e ter um emprego no setor de turismo, em Portugal, bem como ainda mais dispõem de capital suficiente para aí investirem num negócio.

Referências bibliográficas

- Andereck, K., & Vogt, C. (2000). The relationship between residents' attitudes toward tourism and tourism development options. *Journal of Travel Research*, 39(1), 27-36.
- Bergstrom, J., Cordell, K., Ashley, G., & Watson, A. (1990). Economic impacts of recreational spending on rural areas: A case study. *Economic Development Quarterly*, 4(1), 29-39.
- Bryden, J., & Bollman, R. (2000). Rural employment in industrialized countries. *Agricultural Economics*, 22(2), 185-97.
- Cavaco, C. (1999). O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In C. Cavaco (Coord.), *Desenvolvimento rural: Desafio e utopia*, (pp. 281-292). Lisboa: CEG.
- Cepeda, F. (1988). *Emigração, regresso e desenvolvimento no Nordeste Interior Português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Cirino, S. (2005). *Turismo e migrações: Impacto das visitas a Portugal dos emigrantes*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Cravidão, F. (1993, 4-6 Agosto). *Geographic perspectives on the social and economic restructuring of rural areas*. International Geographic Congress. Kansas State University: Kansas.
- Diniz, F. (1999). *Desenvolvimento rural, que perspectivas?: O caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.
- Ferrão, J. (1996). Três décadas de consolidação do Portugal demográfico. In A. Barreto (Eds.), *A situação social em Portugal, 1960-1995* (pp. 165-190). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Fleischer, A., & Felsenstein, D. (2000). Support for rural tourism: Does it make a difference?. *Annals of Tourism Research*, 27(4), 1007-1024.
- Gonçalves, M. (2007). *Desenvolvimento em meio rural: Contributos da emigração e do regresso – Aplicação ao concelho de Boticas na região barrosã*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa.
- Hughes, D., & Shields, M. (2007). Revisiting tourism regional economic impact: Accounting for secondary household employment. *Review of Regional Studies*, 37(2), 186-206.
- Kay, D., James, Pratt, J., & Warner, M. (2007). Role of services in regional economy growth. *Growth and Change*, 38(3), 419-442.
- Kilkenny, M., & Partridge, M. (2009). Export sectors and rural development. *American Journal of Agricultural Economics*, 91(4), 910-929.
- King, R. (1984). Population mobility: Emigration, return migration and internal migration. In A. Williams (Ed.), *Southern Europe transformed: Political and economic change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, (pp. 145-178). Harper & Row: Michigan.
- King, R. (1986). Return migration and regional economic development. In R. King (Ed.), *Return migration and regional economic problems* (pp. 1-37). Croom Helm: Australia.
- Kweka, J., Morrissey, O., & Blake, A. (2003). The Economic Potential of Tourism in Tanzania. *Journal of International Development*, 15, 335-351.
- Lewis, J., & Williams, A. (1986). The economic impact of return migration in Central Portugal. In R. King, (Ed.) *Return Migration and regional economic problems* (pp. 100-128). Croom Helm: Australia.
- Lucas, V. (1997). O regresso de emigrantes: A sua relevância na região Centro. *Cadernos Regionais – Região Centro*, 7, 61-71.
- Mahony, K., & Zyl, J. (2002). The impacts of tourism investment on rural communities: Three case studies in South Africa. *Development Southern Africa*, 19(1), 83-103.
- Petrou, A., Pantziou, E., Dimara, E., & Skuras, D. (2007). Resources and activities complementarities: The role of business networks in the provision of integrated rural tourism. *Tourism Geographies*, 9(4), 421-440.
- Portela, J., & Nobre, S. (2001). Entre Pinela e Paris: Emigração e regressos. *Análise Social*, 36(161), 1105-1146.
- Ribeiro, J., & Santos, J. (2005). Desenvolvimento endógeno e política regional. *Atas do 11.º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*. Universidade do Algarve: Faro.
- Rocha-Trindade, M. (1976). Comunidades emigrantes em situação dipolar: Análise de três casos de emigração especializada para os Estados Unidos da América, para o Brasil e para França. *Análise Social*, 12(48), 983-997.
- Rocha-Trindade, M. (1992). *Fenómeno da emigração em Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.
- Serrão, J. (1985). Notas sobre emigração e mudança social no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, 21(87-88-89), 995-1004.
- Silva, M., Amaro, R., Clause, G., Conin, C., Matos, M., Pisco, M., & Seruya, L. (1984). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Vanegas, M., & Croes, R. (2003). Growth, development and tourism in a small economy: Evidence from Aruba. *International Journal of Tourism Research*, 5, 315-330.
- Wall, G., & Mathieson, A. (2006). *Tourism: Change, impacts and opportunities*. Upper Saddle River: Prentice Hall.